

190

ATUALIDADES

Estrangeiros pagam para ver Zo'é

Equipes de TV da Europa e dos Estados Unidos desembolsam até US\$ 200 mil pela imagem dos

Os índios Poturu ou Zo'é, que vivem ainda em estado primitivo e andam completamente nus em suas três aldeias no rio Cuminap-nema, em Óbidos, no oeste paraense, viraram atração para equipes de televisão da Europa e Estados Unidos, que estariam pagando até US\$ 200 mil para filmá-los e entrevistá-los. O vereador Valter Marinho, de Oriximiná, e o mateiro Manoel Ferreira de Oliveira, que ontem denunciaram a **O LIBERAL** a situação de penúria, doenças e abandono em que os índios estariam vivendo, afirmam que os Zo'é estão sendo tratados pelo órgão como "peças de museu" para satisfazer a curiosidade de americanos, alemães, e franceses. "Até um colombiano estava lá, não sei para fazer o quê", diz o vereador.

Segundo Marinho, turistas e redes de TV estrangeiras transitam livremente, com permissão da Funai, por dentro das aldeias dos Zo'é, embora missionários e os índios Wai-Wai, que tentam socorrê-los, estejam proibidos de entrar na área. Os Zo'é teriam passado 4 dias dançando nus para equipes de TV dos canais Discovered Chanel e Talento, obrigados pela Funai. O assessor de imprensa da Funai em Brasília, Amaro Lopes, confirma que o órgão autorizou a entrada dos estrangeiros nas aldeias, mas não revela quanto as emissoras de televisão e turistas estão pagando à Funai para documentar os costumes e vida dos índios. "Esse preço que estão falando é fantasioso, não é isso tudo, não", resume Lopes.

Ele diz que a Funai tem preços diferentes para cada tipo de documentário entre os índios. "Se o trabalho é exclusivamente jornalístico,



▲ PERIGO - De cultura bastante primitiva, os índios Zo'é estão sob a ameaça de invasão indevida de suas terras

o preço é um, mas se for de natureza comercial, que envolva marketing ou propaganda, é outro". Lopes explica que a Funai está agindo de acordo com a Lei do Direito Autoral e zelando pelo direito de imagem dos índios. "Isso está na Constituição".

Direitos - Para cobrar pelas filmagens, a Funai utiliza o seguinte argumento: se os "brancos" cobram direitos sobre o uso de imagem, o órgão, tutor dos índios, também deve fazer o mesmo. "Isso já se faz algum tempo", informa Lopes, afirmando que o dinheiro pago à Funai é utilizado em "benefício dos pró-

prios índios". O assessor argumentou não ter informações sobre qual a finalidade das filmagens feitas entre os Zo'é.

O procurador da República em Santarém, Felício Pontes Júnior, também confirma que a autorização para as filmagens foi dada pelo presidente da Funai, Sullivan Silvestre. "Se fosse eu, não teria permitido isso, porque a proibição de entrada nas aldeias, que deverá vigorar a partir do próximo dia 1º de setembro, deveria ter vindo antes", critica Felício Júnior. A direção da Funai em Belém e o setor do Índios

Isolados do órgão, dirigido pelo ser-tanista Sidney Possuelo, não tiveram qualquer ingerência na entrada dos estrangeiros nas aldeias.

Felício Júnior disse ter informações de que as filmagens foram realizadas durante a festa anual dos Zo'é, que dura um dia inteiro. Ele anunciou que vai requisitar as fitas para saber se o tempo das filmagens foi além disso, para comparar com a denúncia de que os índios teriam dançado três ou quatro dias seguidos para a televisão. "As fitas vão dizer o tempo exato de duração das filmagens".

Chefe do posto é denunciado por advogado

O advogado Fabrício Bacelar Marinho denunciou à Promotoria de Oriximiná, no último dia 18, que o chefe do posto indígena Mapuera, onde vivem 1.300 índios Wai-Wai, Ari de Jesus Carvalho da Costa, estaria vendendo irregularmente castanha extraída pelos índios e se apossando do dinheiro sem repassá-lo aos Wai-Wai. Além disso, Carvalho estaria se negando a alimentar e fornecer remédios aos índios que estejam na cidade de Oriximiná tratando de assuntos particulares ou em

busca de tratamento.

De acordo com Fabrício Marinho, o chefe do posto se utiliza de transporte e de outros recursos materiais da própria Funai em seu benefício pessoal. E acrescenta que o índio Luiz Carlos Ferreira da Silva Wai-Wai, um dos prejudicados, levou 10 meses para receber de Carvalho uma "quantia irrisória" pela venda da castanha.

O índio anexou à denúncia de Marinho uma declaração assinada em que afirma ter vendido, em

junho do ano passado, 49 latas de castanha-do-pará a Carvalho. "Outros índios até hoje estão na mesma situação", assegura Luiz Carlos. Outras acusações contra o chefe do posto Mapuera dão conta de que ele se recusa a fornecer alimentação e medicamentos aos índios Wai-Wai que estejam fora de suas aldeias. O índio Rodrigues Woxina Wai-Wai, atendente do posto de saúde Mapuera, confirma as acusações, enfatizando que Carvalho "vem agindo há muito tempo dessa maneira".

Dizendo que estava doente e que precisava de atendimento médico, o índio Rivaldo Aska Wai-Wai também acusa Carvalho de tê-lo abandonado à própria sorte. "Ele disse que eu só poderia ser atendido se tivesse adoecido dentro da aldeia. Quem me socorreu e comprou os remédios, fazendo o que a Funai deveria fazer, foi o vereador Walter Marinho", conta Rivaldo. O chefe do posto da Funai em Oriximiná não foi localizado ontem para se defender das acusações.